

Governo extingue 814 cargos comissionados

A medida sai com 13 dias de atraso, mas mostra que o Governo do Distrito Federal está mesmo disposto a cumprir todas as exigências do Protocolo de Intenções. Hoje, no Diário Oficial do Distrito Federal publica o bloqueio de 10,7% dos cargos comissionados do GDF. Esse percentual representa a extinção de 814 cargos e funções em comissão.

A redução significa uma economia mensal de R\$ 635 mil, mas vai custar o emprego e a diminuição do salário de 23 funcionários públicos ou empregados contratados pelo governo local. O dinheiro poupado será empregado em obras do Orçamento Participativo.

Todos os cargos têm de ser desocupados até 31 deste mês. Os servi-

dores que estão incluídos na lista de corte perderão a gratificação. "E aqueles que não têm vínculo com o governo (sem concurso público) serão demitidos", avisa o secretário interino de Governo, Raimundo Júnior. "Mas o número de demissões será mínimo. A maioria desses cargos já está vaga", assinala.

ECONOMIA

Somente com a reestruturação administrativa da Secretaria de Educação, o governo economizará R\$ 131 mil por mês. "Isso foi possível porque acabamos com os cargos de diretor, vice-diretor e assistente de direção e criamos a função gratificada", explica o secretário. Essa mudança, segundo ele, reduz em 14% os custos com a

folha de pagamento da Fundação Educacional.

Amanhã, o governo anuncia cortes de cargos e funções gratificadas na área da Saúde. A estimativa é de que a economia seja de mais R\$ 150 mil. O governo gasta R\$ 5,9 milhões para arcar com 6.620 servidores comissionados de 55 órgãos — fora os cargos em comissão das secretarias de Educação, Saúde e Trabalho.

Pelo Protocolo de Intenções, assinado em setembro com a União, o governador Cristovam Buarque comprometeu-se a executar uma série de ações para reduzir os gastos públicos. Além de corte dos cargos comissionados, figuram medidas como a venda de patrimônio de empresas públicas, como a Ceasa e

a SAB. Em troca, a União garantiria, até o final deste ano, o adiantamento do repasse para custeio das áreas de Segurança, Saúde e Educação.

CONVENIADOS

A meta do governo é enxugar ao máximo a folha de pagamento, que consome 82% da receita local. Mesmo que a medida não conste no documento assinado com o governo federal. Por conta disso, está parado na Secretaria de Governo o processo de realização da segunda etapa do concurso público para a substituição dos conveniados que trabalham nas administrações regionais.

"Estamos analisando para ver se não custaria menos para o governo terceirizar os serviços desempenhados por esses servi-

dores", diz o secretário Raimundo Júnior. Mas uma coisa é certa: o governo tem pouco tempo para decidir se realiza ou não a segunda etapa do concurso público para preencher 877 vagas.

Por ser ano eleitoral, a legislação impede a nomeação de concursados depois de 4 de julho, ou seja, a homologação de qualquer concurso público tem de ser feita até essa data. Dos 4.893 conveniados da Novacap, 2.890 estão cedidos a outros órgãos do governo local. Somente nas administrações regionais são 1.312. A primeira etapa do concurso público para substituir esses empregados já foi feita. Até o próximo final de semana, será publicada a lista de convocação dos 435 aprovados.